

OS ANÕES E OS MENDIGOS DE MANUEL DOS SANTOS LIMA: APENAS A REVOLUÇÃO ANGOLANA OU 40 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA?

ALBERTO OLIVEIRA PINTO

CH-FLUL / CEsa-ISEG.

INTRODUÇÃO

O romance *Os anões e os mendigos*, de Manuel dos Santos Lima (n. Kuíto, Angola, 1935), publicado em 1984, ainda durante a Guerra Fria, pretende ser uma metáfora da ascensão de Angola e de outros países da África Subsariana à independência entre as décadas de 1950 e de 1980, no contexto do jogo dos interesses internacionais coevos. A seu respeito – e subvertendo o conceito, criado em 1952 pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990), de Terceiro Mundo como um «Terceiro Estado» do século XX que, tal como o «tiers état» na França do século XVIII, deveria revolucionar a Terra¹ –, escreve o próprio Manuel dos Santos Lima na badana da 1.^a edição:

Há uma conspiração contra o Terceiro Mundo e dela são coniventes os seus próprios governantes. [...] O nosso século é um século de revoluções sangrentas feitas em nome da liberdade e da democracia e no entanto jamais na história da humanidade se foi tão cruel para o Homem, jamais as opressões foram tão massivas e sofisticadas. Ora nenhuma revolução pode ganhar perdendo de vista o homem como indivíduo. Tais são as preocupações que me incitaram a escrever Os Anões e os Mendigos, que situo algures num país africano, jovem, exportador de matérias-primas e esbanjador de matéria cinzenta, em que os cidadãos, apesar de independentes, continuam anões sociais e os seus dirigentes mendigos dos interesses estrangeiros que os sustentam no poder (sic).

¹ VENÂNCIO, 2000: 73.

O tempo diegético do romance medeia entre a primeira metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 1980. Manter-se-iam pertinentes estes postulados nos tempos vindouros?

A PERSPECTIVA OCIDENTAL DE UMA CULTURA COLONIAL NA FUTURA ANGOLA INDEPENDENTE: A RETORICA DO DESPOTISMO INATO AFRICANO PARA LEGITIMAR A EXPLORAÇÃO NEOCOLONIAL DOS RECURSOS ANGOLANOS

Não é difícil, pela sua localização geográfica, identificar a fictícia Costa da Prata com Angola:

A Costa da Prata era uma ficção colonial entre outras ficções que já se tinham tornado independentes. Ao norte rodeavam-na as repúblicas do Cobalto, antiga Costa dos Escravos, e do Café, ex-Costa da Malagueta e um pequeno enclave verdejante, a república do Ferro, outrora Costa da Madeira; ao sul, fazia fronteira com as repúblicas da Grande Mina ou Minas de El-Rei antes da independência, e do Cacau, também conhecida por Costa dos Degredados ou Cu do Diabo; a leste era delimitada pelas repúblicas do Ouro, a velha Terra da Bitacaia, e do Estanho ou Bela Vista; a oeste o território era recortado por mais de mil seiscientos e cinquenta quilómetros de costa alta e de arribas, cheia de reentrâncias, de cabos e de inúmeras baías e enseadas, constituindo portos naturais e ancoradouros. As praias eram arenosas e as baías abertas a setentrião. As correntes marítimas originárias do sul tinham formado, ao norte, restingas de vertentes assimétricas do lado do mar².

Excetuando o enclave de Cabinda – aqui apresentado como República do Ferro e ex-Costa da Madeira e que jamais seria independente, nem de Portugal, nem de Angola depois de 1975 –, os demais Estados enunciados são: a República do Cobalto e ex-Costa dos Escravos (Congo Belga, independente em 1960 com o nome de Congo-Léopoldville, tornando-se Zaire em 1965 e Congo-Kinshasa em 1997); a República do Café, ex-Costa da Malagueta (Congo Francês, independente em 1960 com o nome de Congo-Brazzaville); a sul, as repúblicas da Grande Mina (ex-Minas de El-Rei) e do Cacau (ex-Costa dos Degredados ou Cu do Diabo) sugerem, respectivamente, a República da África do Sul, independente da Grã-Bretanha desde 1931, e o Sudoeste Africano, sob mandato da África do Sul desde 1946 e só adquirindo a independência com o nome de Namíbia em 1990, embora também possamos pensar no Botswana, independente da Grã-Bretanha em 1966; a leste, as

² LIMA, 1984: 43.

repúblicas do Ouro e do Estanho (antigas Terra da Bitacacia e Bela Vista) são, indubitavelmente, as duas Rodésias, a do Norte, independente em 1964 com o nome de Zâmbia, e a do sul, independente só em 1980 com o nome de Zimbabwe.

As primeiras páginas do romance retratam, pouco tempo depois do eclodir da Guerra da Independência de Angola – na sequência dos acontecimentos de 4 de janeiro (revolta dos camponeses obrigados à cultura do algodão na Baixa de Kasanje), de 4 de fevereiro (ataque às prisões em Luanda) e de 15 de março de 1961 (assaltos às fazendas portuguesas de café do norte de Angola) –, a vida de alguns costa-pratenses/angolanos condenados ao trabalho forçado e refugiados junto à fronteira da recentemente independente República do Cobalto/Congo-Léopoldville. A cena, que não deixa de ser impregnada de um certo exotismo do horror ou da «diferença negativa»³, é registada pela máquina fotográfica de Tamar Rossi, uma jornalista europeia vanguardista e especialista em reportagens sobre as recentes festas de independências de países da África norte e subsariana. Tamar Rossi fica surpreendida com o comentário de um sociólogo europeu, Elias Fontaine, vaticinando, em discurso semidireto, uma ditadura para uma futura Costa da Prata/Angola independente:

*A ditadura era uma tradição em África e uma espécie de pecado original das novas repúblicas do continente, enquanto que a liberdade e a democracia eram um privilégio dos países ricos e avançados. Os pobres e os subdesenvolvidos só podiam pagar-se ditaduras e miragens no mercado das ideologias em saldo. Não havia nenhum país africano em que se não violassem os mais elementares direitos do homem*⁴.

Aparentemente, Elias Fontaine reproduz um argumento de retórica colonial darwinista, o do suposto despotismo inato dos Africanos⁵, já recorrente entre os supostos «descolonizadores» e os supostos «descolonizados». No entanto, através do discurso da mesma personagem, Manuel dos Santos Lima consegue desmistificar a falácia e demonstrar que o aludido despotismo (ou pendor para a autocracia) africano, assim como o «atraso» – civilizacional ou económico – que lhe é atribuído, mais não são do que falácias que legitimarão um novo colonialismo:

Os africanos são anões sociais e os seus Chefes de Estado são os mendigos de Washington, Moscovo, Londres, Paris, Bruxelas, etc., sem contar com as multinacionais que, frequentemente, são mais ricas do que o próprio país onde estão implantadas. Hoje a pergunta que me ponho é a de saber se nos teria sido possível sermos livres e ricos se não houvesse ditadura e miséria nos países subdesenvolvidos sobre os quais fazemos mão baixa. [...] Há trinta e três países agrícolas da África intertropical que fazem parte da cintura da fome e aceita-se a sua miséria como uma

³ MOURALIS, 1982: 71-173.

⁴ LIMA, 1984: 21.

⁵ PINTO, 2013: 152-153.

fatalidade... O mais extraordinário de tudo é que o déficit alimentar, que não cessa de se agravar, não toca somente os países desérticos, mas também os das chuvas regulares e abundantes. Em contrapartida, os países ricos contam vinte e três por cento de excedente alimentar⁶.

Se o colonialismo condenava a África a ser apenas a fornecedora de escravos para o continente americano, o neocolonialismo vai agora reduzi-la ao papel de simples fonte de matérias-primas e minérios para o mercado mundial, à custa do sofrimento dos seus povos. Como vão reagir os nacionalistas e independentistas africanos?

OS CINCO PRIMEIROS ANOS DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1961-1965): OS LÍDERES DAVI DEMBA (AGOSTINHO NETO), ABSALAO (VIRIATO DA CRUZ), AQUITOFEL AMU (HOLDEN ROBERTO) E JEROBODAO BAKARY (JONAS SAVIMBI)

O antigo Congo Belga (República do Cobalto, na ficção de Manuel Santos Lima) fora recentemente palco de grandes conturbações, desde que conquistara a Independência, a 30 de junho de 1960, quando, após uma mesa-redonda realizada em Bruxelas – capital do país colonizador – em janeiro e fevereiro, Joseph Kasavubu – da Aliança dos Bakongo (ABAKO) – e o sindicalista Patrice Lumumba – do Movimento Nacional Congolês (MNC) –, o primeiro como Presidente da República e o segundo como Primeiro-Ministro, convencionaram partilhar o poder. *Os anões e os mendigos* faz referência à intervenção da Bélgica (a Flamilândia) no processo de independência do Kongo-Léopoldville, assim como à ingerência de outras potências ocidentais na tragédia que se seguiria:

O nacionalismo cobaltense passou pois a exprimir-se por duas vias opostas e cada vez mais divergentes. Foi então que a Flamilândia, país colonizador, interveio, depois de consultas secretas com o governo americano impondo a unidade nacional como o princípio de base conduzindo a negociações frutuosas em vistas de um futuro de paz e de prosperidade para as diversas etnias rivais que constituíam a população. Os esquerdistas aceitaram a unidade como um requisito válido e calaram as suas críticas, reconhecendo na independência política um objectivo prioritário. [...] Ora os rumos da História eram traçados por equipas especializadas, nos gabinetes de trabalho das grandes potências. [...] Outorgada a independência, os esquerdistas foram pronta e sistematicamente eliminados, assim como os respectivos chefes, dentro do quadro dos acordos de cooperação e assistência⁷.

⁶ LIMA, 1984: 21-22.

⁷ LIMA, 1984: 46.

Logo a 11 de julho de 1960, Moisés Tshombé (1919-1969), líder anticomunista do partido regionalista CONAKAT, proclamara, com o apoio da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha e dos EUA – aos quais prometera a exploração das minas de cobre katanguesas –, a secessão da província do Katanga, a cujo Estado artificial presidiria até ser deposto em 1963 pela ONU. A indignação de Lumumba, que conquistara o apoio do senado congolês, gerou uma crise política à qual pôs fim, em setembro, um golpe de Estado comandado pelo coronel Joseph Désiré Mobutu (1930-1997). Mobutu manteve Kasavubu na Presidência – só o depondo cinco anos depois –, mas capturou Lumumba, que em janeiro de 1961 foi transferido para Lubumbashi, no Katanga, e fuzilado por ordem de Moisés Tshombé, sem a menor oposição da ONU. A colagem do governo do Congo-Léopoldville aos interesses capitalistas ocidentais constituía um entrave ao acolhimento ao MPLA, já com reputação internacional de marxista. Para se introduzirem na cidade que daí a cinco anos se chamaria Kinshasa, os dirigentes do MPLA usaram do expediente da ajuda humanitária aos imigrantes Angolanos no Congo, através de um Corpo Voluntário Angolano de Assistência a Refugiados (CVAAR), constituído por 11 médicos⁸.

Na Cidade Livre (Léopoldville) pairava no ar o nome de Davi Demba – no qual se encontrarão muitas similitudes com Agostinho Neto (Icolo e Bengo, 1922 - Moscovo, 1979) –, líder da Aliança Popular para a Independência (Api), movimento nacionalista costapratese com um percurso idêntico ao do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Para além de uma resenha com laivos fictícios ao passado de Davi Demba/Agostinho Neto na Nautilândia/Portugal, entre 1948 e finais de 1959, como estudante e ativista político⁹, o romance de Manuel dos Santos Lima reporta-se a um tempo em que, evadido de Lisboa com o apoio do Partido Comunista Português, Agostinho Neto assume a liderança do MPLA em dezembro de 1962, no final da I Conferência Internacional, realizada em Léopoldville. O MPLA – existente como partido político desde a Conferência Pan-Africana de Tunes de janeiro de 1960¹⁰ –, ainda dirigido provisoriamente por Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Lúcio Lara, mudara-se, em setembro de 1961, de Conakry para Léopoldville, cidade onde, à partida, poderia estabelecer melhores contactos com o interior de Angola. Mas não só.

O início da Guerra da Independência de Angola ficara marcado, a 13 de abril de 1961, com o discurso de Salazar «andar rapidamente e em força [...] para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação» (sic), ao qual se sucederam, até outubro, as ações militares portuguesas no norte de Angola, combatendo o chamado «terrorismo» da União dos Povos de Angola (UPA), liderada por Álvaro Holden Roberto (São Salvador do Congo, 1923 - Luanda, 2007), residente no Congo-Léopoldville (República do Cobalto) e apoiado pelos Estados Unidos da América. O

⁸ TALI, 2001: I, 76-78.

⁹ LIMA, 1984: 50-61.

¹⁰ PACHECO, 1997: 41-44.

MPLA (Api) tenta inicialmente juntar-se à UPA (Pupi) em Léopoldville, a fim de ter maior reconhecimento internacional:

[Na Costa da Prata/Angola] A rebelião ganhava novo alento e sobretudo expressão rural. [...] os camponeses pilhavam, incendiavam ou destruíam todos os símbolos da prosperidade colonial, arruinando a economia escravagista vigente. Faziam-no em nome do Partido da Unidade Progressista para a Independência (Pupi), cujo chefe se denominava Aquitofel, um ilustre desconhecido há muito radicado na República do Cobalto e beneficiando do apoio dos Estados Unidos, dizia-se. A Api e a Pupi iriam fundir-se numa frente comum? Tal questão deixava em suspenso todos os amigos da África. Os inimigos também, mas estes preferiam espiar e prever antes de intervir. [...] Durante meses tentaram em vão os apistas uma aproximação frutuosa com os pupistas. Vários governos africanos se empenharam, e não desinteressadamente, em fomentá-la. [...] Conseguiram, no entanto, obter que o governo cobaltense concedesse aos apistas facilidades de estadia e trânsito dentro das suas fronteiras como o fizera para os pupistas, por solidariedade étnica. Finalmente só a corrupção conquistou aquilo que deveria ser normal obter-se por ideal político. [...] Foi ao inaugurarem as suas instalações em Cidade Livre que os dirigentes mais escrupulosos da Api se sentiram reprimidos¹¹.

Na realidade, em 1962, o grande adversário do MPLA em Léopoldville (Cidade Livre) era o próprio Álvaro Holden Roberto (Aquitofel, líder da Pupi, na ficção de Manuel dos Santos Lima), agora chefe supremo da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – resultado da recente fusão da União dos Povos de Angola (UPA) com o Partido Democrático de Angola (PDA), constituído pelos Angolanos refugiados no Congo, na maioria, simpatizantes da Aliança dos Zombo (ALIAZO) –, que, inicialmente apoiado por Lumumba, depois por Kasavubu e por fim por Mobutu, acusava o MPLA de ser dirigido por mestiços e brancos – descendentes do colonizador português – e não por negros¹². Logo, não só não suscitaria a simpatia nem o apoio internacional dos EUA nem da China, como causaria mesmo desconfiança à própria URSS. *Os anões e os mendigos* reporta-se a esta situação, aproveitando o autor para expor a sua opinião acerca dos desígnios de Davi Demba/Agostinho Neto ao chegar a Cidade Livre/Léopoldville em finais do ano:

Apistas e pupistas punham [...] maior energia a exterminarem-se reciprocamente do que a combater o adversário comum [o colonialismo nautilandês/português]. Os pupistas acusavam os apistas de falta de espírito nacionalista, considerando a sua orientação política unicamente como uma revolução social visando antes de mais pôr a nu as contradições do regime colonial. Os apistas, por seu turno, rotulavam-nos de tribalistas teleguiados pelo imperialismo americano. Lentamente, a guerra da Costa da Prata [Angola] perdeu o seu cariz revolucionário. Tal era a

¹¹ LIMA, 1984: 60-61.

¹² ROCHA, 2003: 150-152.

situação que Davi Demba, o líder, encontrou ao chegar à Cidade Livre, capital da República do Cobalto, onde operava a Aliança Popular para a Independência, a Api, movimento de libertação de que era o presidente de honra, depois de ter sido um dos seus fundadores. As suas reflexões levaram-no a elaborar, dia após dia, uma estratégia global. Ela compreendia uma tentativa de aliança política e operacional com a Pupi, tendo em vista ganhar uma caixa de ressonância para o exterior e simultaneamente um alargamento da audiência do seu movimento no interior. Se a aliança fosse viável, a segunda operação consistiria na assimilação dos pupistas e para essa fase Davi também tinha planos já estabelecidos quanto a Aquitofel. Mas primeiro que tudo era necessário reinventar o Movimento, depurando-o e escolhendo minuciosamente os seus colaboradores. A organização militar devia ser reformulada e sobretudo controlada para que os responsáveis não ganhassem o apetite do poder que grassava nos exércitos africanos. O político deveria sobrepor-se ao militar¹³.

Inusitadamente – e este parece-nos um dos momentos mais significativos do romance –, Davi Demba, o Agostinho Neto da ficção de Manuel dos Santos Lima, já a residir em Brazzaville e não, como antes, em Léopoldville (ou Kinshasa, desde 1965), não esconderá uma admiração pelo despotismo de Mobutu – aqui rebatizado Recab Sissoko – e conclui que ele é inevitável a qualquer governo de um Estado africano independente:

Na outra margem [do rio Kongo/Zaire], erguia-se sobre pilares de madeira um enorme retrato de Recab Sissoko, o Regenerador da Pátria. Sem ele, o país jamais conheceria o progresso; sem ele não haveria estradas, nem escolas, nem hospitais; sem ele o país não existiria muito simplesmente, estava escrito num cartaz ao lado, convidando o povo a celebrar o décimo aniversário da independência. Era certamente porque o ridículo não matava, pensava Davi, que não havia penúria de chefes de Estado africanos do género de Sissoko, as mãos tintas de sangue, o riso triunfante sobre as elites e as oposições aniquiladas, o país voltado do avesso e hipotecado por várias gerações. Como é que o jovem e obscuro sargento que se autopromovera a general subira tão alto era seguramente segredo nas chancelarias do capitalismo internacional, em nome do anticomunismo, do crescimento económico, da lei do máximo proveito ou em nome de outra coisa que legitimasse os fins. Era sempre fácil encontrar-se justificação para uma pulhice rentosa. A essa ditadura os ocidentais chamavam democracia à preta, do mesmo modo que o subdesenvolvimento era o desenvolvimento à africana¹⁴ [sublinhados nossos].

Como é que Davi Demba/Agostinho Neto, em vez de se virar para os mesmos neocolonialistas que suportavam Sissoko/Mobutu, vai procurar antes o apoio dos seus adversários na Guerra Fria, o Bloco Soviético?

Em agosto de 1962, apenas um mês após a chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, Viriato da Cruz tentou em vão uma aliança com a FNLA, que mereceu a total reprovação de Neto. Este, ciente do xadrez que as potências da Guerra Fria jogavam no continente afri-

¹³ LIMA, 2004: 48-49.

¹⁴ LIMA, 2004: 63-64.

cano, repudiava alianças com Holden Roberto, que sabia apoiado pelos EUA, e defendia que o MPLA rejeitasse as ajudas financeiras da China e se aproximasse da União Soviética e de Cuba. Em dezembro, por ocasião da I Conferência Nacional, Agostinho Neto foi eleito por esmagadora maioria para a presidência do Bureau político e do Comité Diretor do MPLA. Criou-se a primeira cisão interna no MPLA, o que levou a que, em meados do ano seguinte, Viriato da Cruz (Absalão, na ficção de Manuel dos Santos Lima), com 70 apoiantes que se reclamaram o «verdadeiro MPLA», ingressassem na FNLA. No entanto, dois anos mais tarde, desiludidos, romperam com Holden Roberto. Depois da fundação, em Addis Abeba (Etiópia), da Organização de Unidade Africana (OUA), a 25 de maio de 1963, o reduzido MPLA tentou desesperadamente o reconhecimento dessa organização internacional, que a FNLA já havia obtido. Por isso Agostinho Neto formou, a 8 de julho, a Frente de Libertação de Angola (FDLA), congregando os pequenos partidos angolanos do Congo não absorvidos pela FNLA. Mas um facto inesperado iria mudar a sorte do MPLA: o golpe de Estado que, a 15 de agosto, derrubou do poder, no Congo-Brazzaville, o abade Fulbert Youlou (1917-1972) e instituiu o regime marxista de Alphonse Massamba-Débat (1921-1977). Expulso de Léopoldville em novembro de 1963, o MPLA instalou-se definitivamente em Brazzaville. Em janeiro de 1964, Agostinho Neto convocou a «Conferência Nacional de Quadros» e reforçou os apoios externos. Com a abertura da Frente de Cabinda, iniciou-se a atividade militar do MPLA. Além das ajudas exógenas da União Soviética e de Cuba, contou com os apoios africanos da Tanzânia e da Zâmbia, a antiga Rodésia do Norte, que conquistaram as independências nesse mesmo ano de 1964¹⁵.

Em *Os anões e os mendigos*, Manuel dos Santos Lima também alude à expulsão, em 1963, do MPLA de Léopoldville por Mobutu, que apoiara o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), fundado no ano anterior pela FNLA e dirigido por Holden Roberto, e à sua transferência para Brazzaville, acolhido por Massamba-Débat, apoiado pela União Soviética e por Cuba:

Recab Sissoko decidira apoiar a Pupi e instigara Aquitofel a formar um Governo Provisório no exílio, que ele se apressou a reconhecer na esperança de influenciar outros estadistas do continente. A Api dispunha de vinte e quatro horas para abandonar o território. Fá-lo-ia entre a consternação e o pânico, refugiando-se na Costa da Malagueta [Congo-Brazzaville]¹⁶.

O afastamento de Viriato da Cruz e a sua adesão precipitada à UPA no mesmo ano também se encontram bem evidenciados no romance:

O desfile começava logo de manhã e prosseguia noite dentro, com um Absalão jovial, gargalhador e conselheiro paternal. Tendo-o constatado ele próprio, Davi insurgiu-se contra

¹⁵ TALI, 2001: I, 82-9.

¹⁶ LIMA, 1984: 87-88.

esse estado de coisas. [...] Convocou-os e passou-lhes uma rabeçada. Ao saber disso, Absalão [...] disse-lhe abertamente o que pensava dele como líder atirando-lhe aos pés o seu cartão de membro desencantado. E logo constou que se filiara na Pupi, como conselheiro de Aquitofel Amu, o qual festejou largamente a crise da Api¹⁷.

Igualmente evidenciada é a emergência da terceira força independentista angolana, a UNITA, e o percurso do seu líder, Jonas Malheiro Savimbi (Bié, 1934 – Moxico, 2002). A 5 de abril de 1962, apenas uma semana depois de transformar a UPA em FNLA, Holden Roberto criara o GRAE. Savimbi, que estudara em Portugal e na Suíça, onde se licenciou em Ciências Sociais e Políticas, com o apoio financeiro da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA), desempenhava no GRAE as funções de Secretário para os Assuntos Exteriores, o que lhe permitiu deslocar-se à China, onde recebeu uma instrução militar que se lhe revelaria muito útil mais tarde e lhe permitiria criar, em 1966, o seu próprio partido político independentista: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Embora conseguindo uma penetração clandestina significativa entre os Ovimbundu, a etnia mais numerosa de Angola, de que Savimbi era oriundo, as ações militares da UNITA restringiram-se, até 1974, ao Leste de Angola. Em 1971, a UNITA estabeleceu contactos com madeireiros portugueses do Moxico e cooperou com o exército português na luta contra a Frente Leste do MPLA.

Manuel dos Santos Lima não hesita em caricaturar os líderes angolanos independentistas que, nos anos de 1974 e 1975, reivindicariam o direito à exclusividade, em detrimento de qualquer outro partido político angolano, para encetarem negociações com o colonizador português na transferência da soberania política sobre o território:

Aquitofel, o sinistro de óculos escuros, e Davi Demba, o sensorão de óculos claros, andavam pelos cinquenta bem contados. Jeroboão, aos trinta e cinco anos, vigoroso, enérgico e sorridente, despertou na arena política nacionalista uma onda de curiosidade que os ofuscou, tanto mais que pertencia à etnia mais numerosa da Costa da Prata. [...] Jeroboão fizera mão baixa à caixa da Pupi... era o cavalo dos nautilandeses... os chineses andavam a namorá-lo... era o fantoche do capital internacional...¹⁸.

A INDEPENDÊNCIA DESPÓTICA DOS MENDIGOS DOS SAPATOS DE OURO

A ficção de Manuel dos Santos Lima parece contornar as dificuldades com que o MPLA de Agostinho Neto – militarmente derrotado pelo exército português na Frente Leste e internamente dividido pelos movimentos contestatários Revolta de Leste¹⁹ e Revolta

¹⁷ LIMA, 1984: 80.

¹⁸ LIMA, 1984: 80-81.

¹⁹ TALI, 2001: I, 119-159.

Ativa²⁰ – se confrontava à data do golpe de Estado em Portugal de 25 de abril de 1974. No entanto, em *Os anões e os mendigos*, encontra-se bem assinalado o caráter inesperado da revolução portuguesa, favorável aos independentistas angolanos pela política, tardia mas efetiva, da chamada «descolonização»:

Profundas mutações na geografia política da metrópole levaram ao poder uma coligação de tendência esquerdista, bastante forte para poder exprimir abertamente o seu desejo de liquidar a guerra colonial e de fazer abortar o filho natural que ela trazia no ventre, a guerra civil. Facto sem precedentes, a metrópole vitoriosa enviou emissários para aconselharem os patriotas a unirem-se quanto antes a fim de facilitar a discussão das modalidades em que acederiam à soberania²¹.

A 15 de janeiro de 1975, os três movimentos independentistas angolanos assinaram com o Estado português no Algarve, no Hotel Penina, o Acordo do Alvor, destinado a regular a «descolonização» de Angola: além de instituir um Governo de Transição constituído por Portugueses e por representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA, marcava a Independência de Angola para 11 de novembro desse mesmo ano²². Mas, longe de almejam uma coexistência democrática, a FNLA, o MPLA e a UNITA visavam dar continuidade às hostilidades recíprocas, aliás de longa data, agora na conquista efetiva do poder e com o apoio assumido dos velhos aliados, tanto do polo ocidental capitalista, encabeçado pelos EUA, quanto do bloco socialista de leste, liderado pela URSS. Mercê da sua riqueza em recursos naturais – nomeadamente petróleo e diamantes –, Angola tornar-se-ia, no plano internacional, um campo de experimentação por excelência da Guerra Fria. Bastou a passagem de poucos dias sobre o Acordo do Alvor para o demonstrar²³. Entre agosto e novembro de 1975, a FNLA, pelo norte, e a UNITA, pelo sul, tentam isolar o MPLA em Luanda e impedi-lo de proclamar a Independência a 11 de novembro. Porém, quer a Batalha de Kifangondo – travada a 10 de novembro a norte de Luanda, na qual o MPLA contou com o apoio dos Cubanos, mas também com o das milícias populares –, quer a Batalha do Ebo, a sul, novamente com o apoio cubano, permitiram que, na madrugada de 11 de novembro, Agostinho Neto declarasse a Independência da República Popular de Angola, de que foi empossado Presidente, e que teve imediato reconhecimento internacional.

Na ficção de Manuel dos Santos Lima, Davi Demba, ao ver-se Presidente da República da Costa da Prata, vê aparecer-lhe em sonhos alguém que se autodenomina «Feiticeiro-Mor» e se afigura como uma personificação das ideologias socialistas e das opções políticas pelo Bloco de Leste. O «Feiticeiro-Mor», além de fazer referência à ajuda que deu a Davi Demba/Agostinho Neto da Nautilândia/Portugal – equiparando-se ao Partido Comunista

²⁰ TALI, 2001: I, 184-190.

²¹ LIMA, 1984: 88-90.

²² CORREIA, 1996: 271-280.

²³ CORREIA, 1991: 133-170; TALI, 2001: 101-142.

Português e à URSS –, também augura o início da corrupção em todos os setores produtivos angolanos logo nos primeiros meses de Independência:

– Eis que organizei a tua fuga da Nautilândia e te constituí Presidente da República; eu multiplicarei a minha ajuda e a dos meus conselheiros e farei intervir em teu favor o internacionalismo operário, aquele que exprime a unidade dos interesses operários e de todos os países na luta contra o capitalismo. [...] Segue os meus preceitos e tudo se arranjará, porque vejo nos teus pés diamantes, nos teus pés sapatos de ouro e pressinto no mais fundo de ti riquezas que, como os teus antepassados, tu ignoras²⁴.

Na realidade, o MPLA «Partido Estado» – como lhe chamou Jean-Michel Mabeko Tali²⁵ –, dirigido por Agostinho Neto, deparou-se logo nos primeiros meses da Independência de Angola com enormes dificuldades, nomeadamente a falta de quadros suficientes para assegurar o regular funcionamento dos setores estruturais do país. Neto não tardou a perceber que não podia contar apenas com os seus apoiantes revolucionários de 1975, mas também com o que ainda restava do tecido produtivo colonial: uma pequena burguesia constituída por brancos, por mestiços e por antigos negros assimilados. Assim, nos seus discursos, tanto apelava ao fervor revolucionário dos operários e camponeses, quanto ao patriotismo de todos os Angolanos, inclusive daqueles que não perfilhavam as suas ideias. Já germinava uma clivagem social que teria consequências dramáticas no 18.º mês da Independência, maio de 1977. No entanto, os primeiros 18 meses, mesmo atingidos por acentuadas carências alimentares, foram suficientes para que se consolidasse uma burguesia burocrática, que ia ascendendo na administração, no comércio e até nos fragilizados setores industrial e agrícola – neste último registou-se um certo regresso a uma economia familiar de subsistência –, pela via da adesão à militância no partido único. Depressa se instalou a corrupção em todos os setores produtivos. Iniciaram-se nessa época, à revelia (ou com a conivência) da Organização de Defesa Popular (ODP), as vendas fortuitas – ou «candongueiras» (do kimbundu *kandong*, isto é, negócio clandestino) – de mercadorias das Lojas do Povo, quer a preços inferiores aos regulados pelo Ministério das Finanças (instalado no antigo Edifício da Fazenda, na Mutamba) e pelo Banco Nacional de Angola (ex-Banco de Angola), quer a preços altamente especulativos. A clientela abrangia praticamente toda a população, inclusive os dirigentes políticos.

Contudo, se o MPLA foi tenaz nos confiscos das terras e das fábricas abandonadas pelos colonos, nas nacionalizações, ao abrigo da Lei n.º 3/76, de 3 de março, dos bancos, do ensino, da saúde, da habitação, dos seguros, em contrapartida revelou-se prudente em relação à nacionalização dos setores petrolífero e diamantífero, os quais no tempo colonial eram dominados maioritariamente por capitais não portugueses. O petróleo era explorado,

²⁴ LIMA, 1984: 105-105.

²⁵ TALI, 2001: II, 169-175.

em Cabinda, pela Gulf Oil Company norte-americana, e na bacia ocidental do Kuanza pela Petrangol-Angol-Texaco, igualmente de capital norte-americano. Os EUA conseguiram pressionar o governo angolano a não nacionalizar o setor petrolífero, recusando o pagamento de *royalties* devidos pela Cabinda Gulf a Angola, assim como a entrega de aeronaves Boeing-737 à companhia aérea TAAG. O MPLA assinou então acordos de parceria com companhias petrolíferas estrangeiras e, em 1976, criou a sua própria companhia distribuidora, a SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. Algo de idêntico aconteceu com a exploração diamantífera. O Estado angolano ficou com as antigas participações portuguesas na DIAMANG e entrou numa parceria com a companhia anglo-sul-africana De Beers. Em 1981, rebatizou o consórcio com o nome de ENDIAMA – Empresa Nacional de Diamantes – e foi progressivamente assumindo o seu domínio. Também daí emergiram, até aos dias de hoje, aqueles a quem Manuel dos Santos Lima chama, metaforicamente, «Mendigos dos Sapatos de Ouro».

Manuel dos Santos Lima consegue fundir magistralmente dois fatos distintos: a repressão da chamada tentativa de golpe de Estado «fracionista» de 27 de maio de 1977 e as suas consequências dramáticas e traumatizantes nos dois anos subsequentes²⁶; e o I Congresso do MPLA, realizado apenas seis meses depois no antigo Cinema Restauração – que então se tornaria a Assembleia Popular (mais tarde Assembleia Nacional) –, e cujo avatar que batizou o MPLA-Partido do Trabalho (ou tão-somente MPLA-PT), assumindo-se como um «Partido orientado pelo Marxismo-Leninismo, tem sido atribuído à necessidade sentida por Agostinho Neto de desmentir as acusações de Nito Alves de “desvio à direita” e de seduzir os simpatizantes do desventurado líder “fracionista”»²⁷. A fusão reside no discurso de Davi Demba, que junta as quatro intervenções radiofónicas e televisivas de Agostinho Neto a 27 de maio com o seu discurso de encerramento do Congresso:

Irritado com a situação, Davi Demba estava pronto a pactuar com Deus ou com o Diabo para impor a paz e exercer efectivamente o frágil poder de que se apoderara. Os soldados socialistas limpavam a cidade e os arredores, exportando o terror e a carnificina para a província, o sangue de porta em porta, a morte anónima e inumerável, a ruína como cartão de visita. Ali se fuzilaram à vontade os camponeses que à sombra da transição histórica e da instabilidade se tinham apropriado das antigas terras e haveres dos colonos [...]. O horror estendeu sobre o país o silêncio espesso das hecatombes sem lápide. Para escondê-lo, os altifalantes da capital gritavam os discursos do acto de criação da Assembleia Popular, principal instrumento da ditadura democrática revolucionária que iria consagrar os princípios da coexistência pacífica, do não-alinhamento e da boa vizinhança que a Costa da Prata se propunha praticar. Assim falou o camarada Presidente na televisão²⁸.

²⁶ MATEUS, 2007.

²⁷ TALI, 2001: II, 229-247.

²⁸ LIMA, 1984: 127.

A Angola independente, mas neocolonial, atinge o seu auge no capítulo intitulado «A Máquina e os Camaradas Daqui e de Acolá»²⁹, onde o autor compara o regime autocrático angolano, com reminiscências coloniais, a uma Máquina estranha, construída na Praça da Liberdade por engenheiros de países reputados como «progressistas»:

*Monstro? Espantalho? Estátua? De início parecia um foguetão, um pénis, segundo os opo-
sicionistas malandros, e depois de várias metamorfoses ganhou finalmente a forma bizarra de
um enorme rolo compressor vermelho, com possantes tentáculos. Ninguém sabia exactamente
para que servia a Máquina e a sua fealdade metia medo mas não fazia pensar que fosse útil ou
eficaz. Em todo o caso era imponente e os costa-pratenses ao pé dela sentiam-se anões e miserá-
veis. No entanto tinha algo de semelhante à antiga, ali deixada pelos colonialistas, mas mais
moderna, dizia-se. [...] Tinha sido uma habilidade do camarada Presidente tê-la conseguido
gratuitamente ou quase, isto é, a troca de algum minério de que o país dispunha a rodos nas
suas entranhas, de madeira que tornava as florestas impenetráveis, de peixe de que o mar estava
repleto. E outra coisa que fosse, o que é que não havia com abundância naquela santa terra?³⁰
[sublinhados nossos].*

A similitude do formato inicial da máquina, um foguetão, faz pensar no mausoléu que foi erigido, na Praia do Bispo, em memória de Agostinho Neto, e é, conseqüentemente, uma alusão aos tempos posteriores à sua morte, a 10 de setembro de 1979, e mesmo, em nosso entender, uma previsão de que o neocolonialismo se manteria em Angola, quer depois da revisão constitucional de 1992, quer depois do fim da Guerra Civil, a partir de 2002. A «Máquina» mantém-se atualmente em Angola, numa era de capitalismo desenfreado, e o seu formato pode igualmente aludir aos arranha-céus que têm desfigurado Luanda neste primeiro quartel do século XXI.

OS ANÕES SOCIAIS ETERNIZAM-SE EM ANGOLA

Se os Mendigos dos Sapatos de Outro e a sua Máquina se eternizaram na sociedade angolana, o mesmo aconteceu com os Anões Sociais, ou seja, o povo. Pese embora a sua presença discreta no romance de Manuel dos Santos Lima, é possível evidenciá-los, pelo menos em três casos, e identificar as suas vidas quotidianas com as de muitos Angolanos no seu dia a dia, quer ao longo do último quartel do século XX, quer ao longo desta década e meia de século XXI. Todos são afetados na sua dignidade de pessoa humana, porquanto todos acabam por sobreviver do chamado «esquema».

Veja-se, em primeiro lugar, o casal Musi e Sela: ele um antigo motorista do governador colonial e agora do Presidente Davi Demba; ela uma dona de casa de origem rural que no

²⁹ LIMA, 1984: 129-151.

³⁰ LIMA, 1984: 130.

pós-independência se confronta com a carência de géneros nas lojas do povo. São de Sela, cujo papel determinante na sobrevivência da economia doméstica continua a ser, hoje em dia, o de inúmeras mulheres angolanas, estes pensamentos:

O camarada feijão e o camarada peixe-seco andavam muito fugidos do mercado e a camarada carne só frequentava a casa dos camaradas graúdos ou sorteados. [...] Musi poucas vezes conseguia trazer comida para casa, dado que passava todo o dia ao volante e as grandes trocas e baldrocas se faziam entre a despensa e a cozinha [do Palácio]. O único privilégio que a profissão do seu homem lhe dava era mesmo uma boleias na limousine climatizada de vidros fumados do camarada Presidente, com telefone dourado e tantos botões reluzentes que lhe metiam medo, eterna camponesa marcada pela vida dura. Na sua aldeia, agora quase completamente despo-voada com o êxodo para a cidade, as mulheres, os filhos às costas, chegavam a fazer quinze quilómetros com a lata da água à cabeça; pilavam o milho; cuidavam da casa e do gado e deviam satisfazer os seus homens. [...] Pensando em tudo isto, ela enterrava-se no fundo dos estofos [da limousine] talvez com medo de ser vista, e ficava muito quieta até ao fim do trajecto. Admirava-se do à-vontade de Musi. Para ele era como se estivesse em casa. A primeira vez riu-se de o ver de luvas brancas. Pensava que com a independência elas deviam ser pretas³¹.

Outro caso impressionante e paradigmático é o do velho Noé e dos seus filhos: Isac, o mais velho, que estudara na Europa; e Zambri, que nunca saiu do país e, embora aparentemente seja um entusiasta da Revolução, na realidade, como muitos costa-pratenses/angolanos, vive dominado pelo medo de quem tem o poder. A lucidez de Isac é tardia e, como tantas outras em Angola, violentamente silenciada:

Isac voltara respondendo ao apelo geral lançado por Davi Demba, na véspera da independência, para que todos os costa-pratenses, independentemente do seu ideário político ou crença religiosa, regressassem ao país a fim de participarem na sua reconstrução. Alguém acabava de ligar a rádio. Entre os slogans, um conhecido locutor dava a leitura das leis promulgadas pelo Conselho de Ministros. Ao ouvir que nenhum costa-pratense poderia entrar ou sair do país ou deslocar-se de uma província para a outra sem visto concedido pela Polícia das fronteiras, Isac sentiu que caíra numa ratoeira. [...] – Estão-nos a preparar uma ditadura pior que o colonialismo que combatemos. Já nem sequer nos é permitido circular livremente no nosso país! Só nos resta fugir ou rebelar-nos. Já não posso ter dúvidas de que aqui não haverá lugar para o costa-pratense que recuse a massificação, que não queira viver agachado a dizer “sim, camarada Presidente” ou a lambar as botas a todos esses boçais promovidos demagogicamente e que têm hoje uma força tal que perante eles a razão e a inteligência se envergonham, se prostituem e se tornam inúteis³².

³¹ LIMA, 1984: 137-138.

³² LIMA, 1984: 122-123.

Os infortúnios de Isac prosseguem no dia em que tem de levar o pai de urgência para o hospital. Apesar das «gorjetas» do filho – ao tempo ainda não se institucionalizara o termo «gasosas» –, indiciadoras da corrupção geral e ainda hoje endémica em todos os serviços públicos nautilandeses/angolanos, nomeadamente os da saúde, o velho Noé acaba por morrer sem assistência médica. O texto que citamos ainda hoje se aplica plenamente aos hospitais públicos angolanos:

Isac conseguiu [para o pai] uma velha marquesa através de um enfermeiro amigo. [...] Deitado directamente sobre o metal da marquesa, que chiava por todos os lados, o corpo sacudido pelos solavancos, o velho Noé recolhia facilmente olhares piedosos da parte dos transeuntes. Quando ao fim de quase três horas de diligências em que Isac pediu, implorou, deu gorjetas ou fez valer conhecimentos e amizades, conseguiu uma cama para o pai, sentou-se num momento para descansar as pernas. No país donde vinha, vira no lixo colchões mais limpos. [...] Disseram-lhe que o irmão andava à procura de Abel Ekolo, o único cardiologista da cidade. Desaparecera havia três dias. [...] Noé entrou em coma ao anoitecer. De madrugada voltou a si, teve um breve momento de lucidez em que reconheceu os seus e deu o último suspiro de manhã cedo³³.

O terceiro caso de Anões Sociais evidenciado é o do ex-alfaiate Ismael e da sua secretária e amante, cujo nome nunca é mencionado. Trata-se de uma jovem costa-pratense/angolana que, não tendo obtido como estudos mais do que o primeiro ano liceal, consegue o privilégio de fazer compras na Cooperativa, em vez de fazer fila nas lojas do povo, inscrevendo-se no Partido, denunciado indivíduos suspeitos e prostituindo-se aos seus dirigentes, tal como já antes da Independência o fizera com os colonizadores nautilandeses/portugueses. Quanto a Ismael,

[...] também tivera muita sorte. Alfaiate de profissão, fizera outrora calças a crédito para Ruben, então funcionário dos Correios e militante da Api [MPLA]. Ruben fugira do país e fora estudar luta subversiva num país comunista. Nomeado sub-director dos Serviços de Segurança, Rubem lembrou-se de Ismael, com quem ela se ligara depois que o seu último protector, um soldado do contingente colonial, regressara à metrópole no fim da comissão militar. E ela estava muito reconhecida a Ismael por ter pensado nela em vez de alguém da sua família ou das relações da mulher [dele]. Os homens que [ela] conhecera, e não tinham sido poucos, só lhe gabavam os olhos esverdeados, o saber horizontal e a sorte de não engravidar, pois os abortos estavam cada vez mais caros. Ismael dizia-lhe que ela agora devia pensar no futuro, juntar o máximo de dinheiro possível e colocá-lo no estrangeiro, para a velhice, porque o país não asseguraria reforma a ninguém. Ele próprio procedia assim, seguindo o exemplo dos maiores que faziam toda a espécie de negócios para enriquecerem. Ismael prometera-lhe abrir uma conta na Suíça, quando da sua próxima saída. Ela desconfiava que ele já possuía uma. Precavida, também tinha os seus dólares escondidos, e que valiam dez vezes mais do que ao câmbio oficial, o que lhe iria

³³ LIMA, 1984: 124-125.

*permitir comprar na moeda do país um bom frigorífico ao preço da chuva. O seu amante devia estar metido no tráfico de diamantes, embora teoricamente o exclusivo pertencesse ao camarada Ministro da Defesa*³⁴.

Quem ousaria dizer que casos como este deixaram de ser comuns em Angola, num tempo em que a globalização, além de destruir o Estado social no mundo inteiro, o impede descaradamente de emergir onde ele nunca sequer existiu?

CONCLUSÃO

Os anões e os mendigos, de Manuel dos Santos Lima, ficará na história da literatura angolana como uma das primeiras e corajosas denúncias do despotismo forjado, herança do discurso darwinista enselvajador, legitimador das desigualdades sociais e humanas no continente africano, falaciosamente projetado para um período pós-colonial e para um neocolonialismo ainda hoje bem vivo na dicotomia «desenvolvido/subdesenvolvido» ou, eufemisticamente, «desenvolvido/em vias de desenvolvimento». O projeto de enselvajamento, como pudemos observar, não se restringia às potências ocidentais (ex-colonizadoras), mas estendia-se igualmente aos dirigentes dos movimentos independentistas (ex-colonizados), de que o exemplo em evidência é o do MPLA angolano, de Agostinho Neto. No entanto, os seus sucessores no poder, ainda hoje, em pleno século XXI e uma vez ultrapassadas a Guerra Fria e uma longa Guerra Civil em Angola, permanecem condenados à condição de mendigos internacionais. Quanto aos cidadãos angolanos, esses continuam a ser, num tempo posterior ao fim da Guerra Fria e em que o mito da «globalização» tem tentado falaciosamente apagar o conceito de «Terceiro Mundo», os mesmos anões sociais e, como tal, constituem uma panóplia ainda mais vasta do que há três décadas.

Referências bibliográficas

- CORREIA, Pedro Pezarat (1991) – *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mira-Sintra: Editorial Inquérito.
- CORREIA, Pedro Pezarat (1996) – *Angola. Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro (2007) – *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977*. 2.ª ed. Porto: Edições Asa.
- M'BOKOLO, Elikia (2003) – *África Negra. História e Civilizações. Até ao século XVIII*, Tomo I. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Editora Vulgata.
- ____ (2007) – *África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Tradução de Manuel Resende, Revisão Científica de Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques. Lisboa: Edições Colibri.
- MOURALIS, Bernard (1982) – *As contra-literaturas*. Tradução do francês de António Filipe Marques e João David Pinto Correia. Coimbra: Almedina.

³⁴ LIMA, 1984: 140.

- PACHECO, Carlos (1997) – *MPLA. Um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.
- PINTO, Alberto Oliveira (2013) – *Representações literárias coloniais de Angola, dos angolanos e das suas culturas (1924-1939)*. Prefácio de Isabel Castro Henriques. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- ROCHA, Edmundo (2003) – *Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*. Luanda: Kilombelombe.
- TALI, Jean-Michel Mabeko (2001) – *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Vols. I e II. Luanda: Editorial Nzila.
- VENÂNCIO, José Carlos (2000) – *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África*. Prefácio de Adelino Torres. Lisboa: Vega.

